

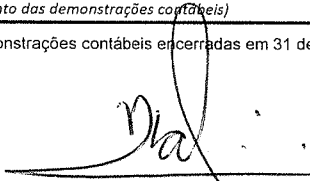
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

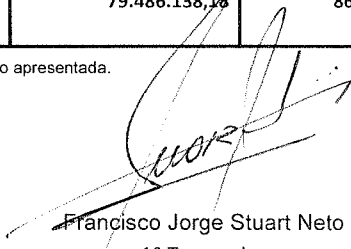
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 2025 e 2.024

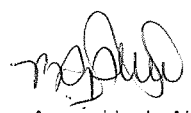
ATIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		14.488.102,73	19.875.124,95
Disponível	4	1.798.827,85	2.253.659,77
Realizável		12.689.274,88	17.621.465,18
Aplicações Financeiras	5	1.151.546,56	2.888.217,10
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	1.874.545,21
Aplicações Livres		1.151.546,56	1.013.671,89
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	-	720.741,59
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		-	720.741,59
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde		-	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	9.616.448,28	11.401.987,01
Bens e Títulos a Receber	8	1.921.280,04	2.610.519,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.998.035,45	66.345.346,97
Realizável a Longo Prazo		330.564,37	317.356,03
Títulos e Créditos a Receber	9	330.564,37	317.356,03
Imobilizado	10	64.667.471,08	66.027.990,94
Imóveis de Uso Próprio		41.325.956,78	41.737.333,29
Imóveis - Hospitalares		41.325.956,78	41.737.333,29
Imobilizado de Uso Próprio		23.341.514,30	24.290.657,65
Imobilizado - Hospitalares		22.465.287,64	23.400.033,42
Imobilizado - Não Hospitalares		876.226,66	890.624,23
TOTAL DO ATIVO		79.486.138,18	86.220.471,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro 2025, conforme documentação apresentada.


Pedro Curt Kaesemodel
Provedor
CPF: 892.156.058/00


Francisco Jorge Stuart Neto
1º Tesoureiro
CPF: 796.346.058-34


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT - CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

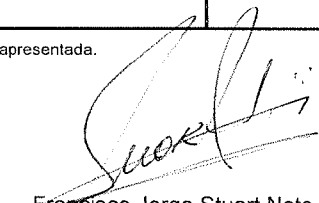
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 2.025 e 2.024

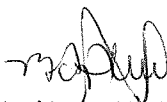
PASSIVO	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		17.509.030,98	19.032.322,35
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		126.109,28	1.948.565,33
Provisões de Prêmios / Contraprestações	11 (a)	-	1.216.097,96
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		-	746.318,19
Provisão de Insuficiência de Contraprestação - PIC		-	469.779,77
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	21	126.109,28	130.035,41
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	12	-	124.177,78
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	11 (b)	-	478.254,18
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		-	5.991,65
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		-	5.991,65
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	13	2.887.890,46	2.733.145,12
Provisões		-	-
Provisões para Ações Judiciais		-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14.1	1.278.489,23	1.281.975,23
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	3.622.663,92	2.944.152,18
Débitos Diversos	14	9.593.878,09	10.118.492,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		74.238.144,23	79.495.670,72
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		50.422,40	58.687,25
Provisões	17	1.251.856,72	1.237.000,00
Provisões para Ações Judiciais		1.251.856,72	1.237.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	40.298.313,03	43.208.620,30
Débitos Diversos		32.637.552,08	34.991.363,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.261.037,03	12.307.521,15
Patrimônio Social	26	12.307.521,15	12.229.608,43
Superávits / Déficits do Exercício	26	46.484,12	4.081.766,88
Ajuste de Exercício Anterior	26	-	4.159.679,60
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.486.138,18	86.220.471,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2025, conforme documentação apresentada.


Pedro Curt Kaesemodel
Provedor
CPF: 892.156.058/00


Francisco Jorge Stuart Neto
1º Tesoureiro
CPF: 796.346.058-34


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT – CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01

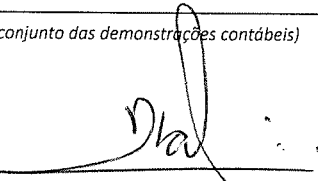


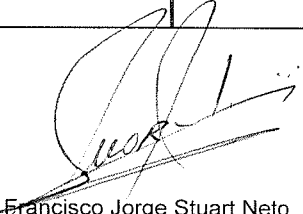
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

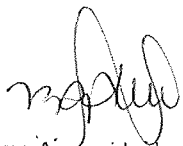
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
ENCERRADO EM 2.025 e 2.024

	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		2.761.220,94	11.697.333,55
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	19	2.761.220,94	11.697.333,55
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		2.291.441,17	12.167.113,32
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações		469.779,77	469.779,77
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	20	1.855.510,67	11.380.686,75
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		2.333.764,85	11.647.421,71
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		478.254,18	266.734,96
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		905.710,27	316.646,80
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		30,00	210,00
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	19	118.617.408,09	116.177.449,51
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		82.814.507,93	69.156.458,72
Outras Receitas de Prestação de Serviços		23.068.588,62	27.151.400,95
Outras Receitas Operacionais		12.734.311,54	19.869.589,84
<i>INSS - PIS Isenção usufruída Cota patronal</i>	23	10.223.499,45	10.523.541,97
<i>INSS - PIS Isenção usufruída Cota patronal</i>	23	10.223.499,45	10.523.541,97
<i>Trabalho voluntário</i>	31	673.854,25	612.447,12
<i>Trabalho voluntário</i>	31	673.854,25	612.447,12
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência a Saúde			
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		901.917,82	1.488.549,60
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		901.917,82	1.488.549,60
Provisão para Perdas sobre Créditos		-	-
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	20	112.456.788,69	104.300.907,81
RESULTADO BRUTO		6.164.441,85	10.704.848,90
Despesas Administrativas		-	-
Resultado Financeiro Líquido		6.117.957,73	6.623.082,02
Receitas Financeiras		458.290,76	622.136,35
Despesas Financeiras		6.576.248,49	7.245.218,37
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		46.484,12	4.081.766,88
RESULTADO LÍQUIDO	26	46.484,12	4.081.766,88

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Pedro Curt Kaesemodel
Provedor
CPF: 892.156.058/00


Francisco Jorge Stuart Neto
1º Tesoureiro
CPF: 796.346.058-34


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT – CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA

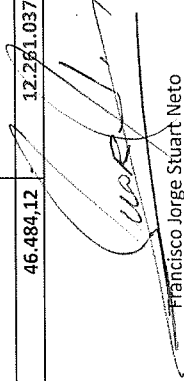
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79


**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DIMPL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS 2.025 e 2.024**

	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31.12.23	21.285,48 -	12.250.893,91 -	12.229.608,43
Déficit do Exercício de 2023, incorporado ao Patrimônio Social	-	12.250.893,91	-
Supervít do Exercício de 2024	-	4.081.766,88	4.081.766,88
Ajuste de Saldo Exercício Anterior	-	4.159.679,60	4.159.679,60
SALDO EM 31.12.24	-	77.912,72 -	12.307.521,15
Déficit do Exercício de 2024, incorporado ao Patrimônio Social	-	77.912,72	-
Superávit 31/12/2025	-	46.484,12	46.484,12
SALDO EM 31.12.2025	-	46.484,12 -	12.261.037,03

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Pedro Curt Kaesemodel
Provedor
CPF: 892.156.058/00


Francisco Jorge Stuart Neto
1º Tesoureiro
CPF: 796.346.058-34


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT - CRC - 1SP - 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01



Santa Casa de Misericórdia de Itapeva

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Itapeva (SP), é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar, é caracterizada como hospital de médio porte, atende a uma população de aproximadamente 700 mil habitantes, abrangida por 28 municípios da região. Em 2009, alterou seu Estatuto Social, transformando-se em uma Organização Social de Saúde.

No âmbito da saúde suplementar, a Entidade mantinha registro perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") na condição de operadora de planos de saúde (Registro ANS nº 34.574-1). Em 10 de março de 2025, foi publicada a Resolução Operacional ANS nº 2.976/2025, que concedeu prazo de até 60 dias para portabilidade especial de carências aos beneficiários e determinou o cancelamento compulsório do registro da operadora após o decurso do referido prazo. Assim, a Entidade não atua mais como operadora de saúde registrada na ANS.

2 Declaração de conformidade

2.1 As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 inclusive com suas posteriores alterações pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, que realizou alteração nas práticas contábeis adotadas no Brasil, além de observar demais disposições complementares da Agência Nacional de Saúde (ANS), a fim de atender o plano de contas padrão instituído pela mesma, e estão sendo divulgadas de forma comparativa junto ao encerramento em 31 de dezembro de 2024.

Em 2025, ainda foram registradas movimentações e obrigações remanescentes relacionadas ao plano de saúde, motivo pelo qual, para essas transações, foram observados as disposições regulatórias e o plano de contas padrão aplicável às operadoras. A partir de 2026, uma vez que a Entidade não mais atua como operadora registrada, as demonstrações contábeis passam a ser preparadas integralmente em



conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Pronunciamentos do CPC, sem a necessidade de observância das regras específicas da ANS.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas no item 2.1 acima. A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas são apropriadas pelo regime de competência.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e as contingências apontadas pelos assessores jurídicos.

3 Resumo Das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente e a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Disponibilidades

Composto de caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



3.2 Aplicações Financeiras – Ativos Garantidores

Em 2024, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a comercialização dos produtos da operadora "Santa Saúde", em função do aumento do endividamento e não cumprimento dos índices mínimos exigidos pela regulamentação, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em janeiro de 2025 a ANS finalizou o registro da Santa Casa, não havendo mais a necessidade de manter em Instituições bancárias aplicações conforme as determinações da RN 521/2022. Em 2025 os valores foram todos liberados.

3.3 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Representam os valores provenientes de direitos a receber referente aos Planos de Saúde comercializados pela Entidade, deduzindo a provisão para perdas sobre os créditos, conforme instrução da ANS.

A entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos de Contraprestação Pecuniária a Receber, considerando:

I – o montante dos créditos do cliente, cuja inadimplência, supere 60 (sessenta) dias da data de vencimento, nos casos que correspondam a operações com planos individuais de assistência à saúde com preços pré-estabelecidos;

II – o montante dos créditos do cliente, cuja inadimplência, supere 90 (noventa) dias da data de vencimento, nos demais casos que correspondam a operações de planos de assistência à saúde;

3.4 Créditos de Operações de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde

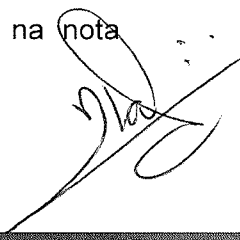
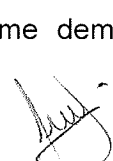
Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), outros convênios e pacientes particulares.

Em relação a Provisão para Perdas sobre Créditos referente aos Créditos de Operações de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde, que são referentes às atividades da Mantenedora e são provenientes de atendimento a Convênios e Particulares, foi contabilizada diretamente em conta de resultado.

3.5 Bens e Títulos a Receber

(a) Estoque

Corresponde aos materiais alocados no almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição e que não excede o valor de mercado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.



(b) Adiantamento

Refere-se a valores de adiantamentos realizados a funcionários e fornecedores, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

3.6 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição, deduzida os respectivos encargos de depreciação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na conta “outras despesas e receitas” na demonstração do resultado de cada exercício.

(b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

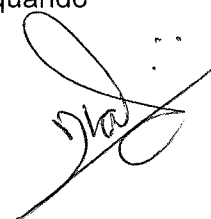
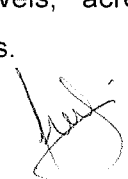
Os Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e ficam disponíveis para uso.

(c) Construções em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, aquisição de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos.

3.7 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos.



3.8 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- ✓ Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da entidade, e
- ✓ Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicáveis.
- ✓

3.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Ativos contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b) Passivos contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

4 Disponível

Compreendem os valores de fundo de caixa, bem como numerários depositados em conta corrente em Instituições Financeiras, de disponibilidade imediata, conforme demonstra o quadro abaixo:

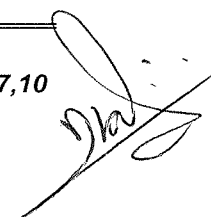
<i>Disponível</i>	31/12/2025	31/12/2024
<i>Caixa</i>	13.824,54	8.471,23
<i>Banco Conta Depósitos</i>	1.785.003,31	2.245.188,54
	1.798.827,85	2.253.659,77

5 Aplicações Financeiras

Contemplam as Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas - ANS e as Aplicações não Vinculadas, conforme demonstra o quadro abaixo:

Aplicações Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
<i>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas</i>	0,00	1.874.545,21
<i>Aplicações Livres</i>	1.151.546,56	1.013.671,89
	1.151.546,56	2.888.217,10



6 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Totalizam o montante das Contraprestações Pecuniárias a receber das Empresas sob as modalidades Pré-Pagamento e Pessoas Físicas sob a modalidade de Pré-Pagamento, deduzidos das Provisões para Perdas sobre Créditos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	31/12/2025	31/12/2024
<i>Coletivo</i>	97.865,02	243.530,85
<i>Individual</i>	1.527.478,84	2.095.204,37
<i>(-) Provisão Coletivo</i>	-97865,02	-91.136,39
<i>(-) Provisão Individual</i>	-1.527.478,84	-1526.857,24
	0,00	720.741,59

7 Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

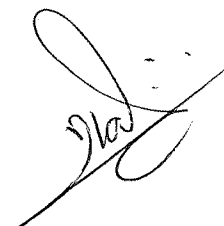
Representam os valores provenientes de mensalidades a receber do Plano de Saúde e direitos a receber pela contra-prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Convênios e Particulares.

Créditos de Operações N. Relac.com Planos de Assist a Saúde	31/12/2025	31/12/2024
<i>Créditos a Receber - Convênios</i>	7.810.240,47	9.567.062,92
<i>Créditos a Receber - SUS</i>	2.625.110,03	2.585.132,67
<i>Créditos a Receber - OPS</i>	112.040,01	112.040,01
<i>(-) Perdas Estimadas</i>	-930.942,23	-862.248,59
	9.616.448,28	11.401.987,01

8 Bens e Títulos a Receber

Bens e Títulos a Receber	31/12/2025	31/12/2024
<i>Adiantamentos</i>	27.189,73	33.705,38
<i>Estoques</i>	1.880.437,03	2.568.537,41
<i>Outros Valores e Bens</i>	13.653,28	8.276,69
<i>(-) Provisão Para Perdas Sobre Crédito</i>		
	1.921.280,04	2.610.519,48



9 Títulos e Créditos a Receber

São depósitos determinados por ordem judicial, consequência da realização de atos processuais de penhora, representados pelos seguintes valores.

<u>Títulos e Créditos a Receber</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósito Judicial	330.564,37	317.356,03
	330.564,37	317.356,03

10 Imobilizado

<u>Imobilizado</u>	<u>VI. Original 31/12/2024</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>VI. Original 31/12/2025</u>	
Edificações	33.571.503	-	-	33.571.503	
Terrenos	4.140.051			4.140.051	
Maquinas e Equipamentos	27.811.678	1.362.291	-	29.173.969	
Equipamentos Radioterapia	12.029.865			12.029.865	
Moveis e Utensilios	3.146.427	546.677	-	3.693.104	
Instalações	3.089.162	93.174	-	3.182.336	
Radioterapia Instalações	12.668.080			12.668.080	
Constr em andamento	10.108	286.420	66	296.462	
Total Imobilizado	96.466.874	2.288.563	66	98.755.371	
<u>Depreciação Acumulada Imobilizado</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Deprec. Anual</u>	<u>Baixa Deprec.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>Tx. Média Depreciação</u>
Edificações	8.651.729	706.710	262.342	9.096.097	10%
Terrenos	-			-	
Maquinas e Equipamentos	18.311.292	1.697.604	264.932	19.743.964	10%
Equipamentos Radioterapia	70.714	1.201.199		1.271.913	
Moveis e Utensilios	2.316.912	146.119		2.463.030	10%
Instalações	1.087.556	171.297		1.258.853	10%
Radioterapia Instalações	681	253.362		254.043	
Total Depreciação Acum. Imobilizado	30.438.884	4.176.291	527.274	34.087.900	



Saldo Líquido do Imobilizado	31/12/2024	31/12/2025
Edificações	24.919.774	24.475.406
Terrenos	4.140.051	4.140.051
Maquinas e Equipamentos	9.500.385	9.430.005
Equipamentos Radioterapia	11.959.151	10.757.952
Moveis e Utensilios	829.515	1.230.074
Instalações	2.001.606	1.923.483
Radioterapia Instalações	12.667.399	12.414.038
Constr em andamento	10.108	296.462
Total Líquido do Imobilizado	66.027.991	64.667.471

O imobilizado está registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, não tendo sido adotado, até 31 de dezembro de 2025, o custo atribuído (“deemed cost”) como base de mensuração inicial, em decorrência ao registro na ANS, no qual vetou a utilização do custo atribuído.

A Administração entende que parte dos ativos pode apresentar valor contábil inferior ao valor econômico atualmente observado, especialmente em itens que está totalmente depreciado, no qual ainda está em pleno funcionamento.

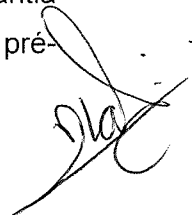
Com o cancelamento do registro como operadora de planos de saúde, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração passará, a partir de 2026, a adotar integralmente as Normas Brasileiras de Contabilidade para fins de reporte contábil e avaliará a realização de avaliação patrimonial do imobilizado para fins de adoção do custo atribuído, quando aplicável, com suporte de laudo técnico e critérios consistentes de mensuração. Caso implementada, a medida poderá gerar ajuste no patrimônio líquido.

11 Provisões Técnicas

(a) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha – PPCNG

Corresponde ao total das Provisões de natureza Técnica conforme regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando à garantia das obrigações contratuais decorrentes dos contratos celebrados sob a modalidade pré-pagamento, conforme demonstrado pelo quadro deste item:



<u>Provisões Técnicas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	0,00	746.318,19
Provisão de Insuficiência de Contraprestação (PIC)	0,00	469.779,77
	0,00	1.216.097,96

(b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A Entidade, com base na RN 574 de 03/04/2023 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, elaborou metodologia própria para o cálculo e constituição, mensalmente, da provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados até 2024.

<u>Peona</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	0,00	458.130,13
	0,00	458.130,13

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA SUS)

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados ocorridos no **SUS – PEONA SUS** foi estabelecida pela RN 574 de 03/04/2023 ANS e trata dos eventos ocorridos e não avisados originados na rede pública de saúde, o **SUS**, decorrente do uso do sistema público de saúde pelos beneficiários de planos de saúde e teve sua constituição iniciada em janeiro de 2021 e finalizada em 30/04/2025.

<u>Peona SUS</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de Eventos Ocorridos	0,00	20.124,05
	0,00	20.124,05

12 Provisão para Eventos a Liquidar de Operações de Assistência a Saúde

Correspondem a honorários médicos diversos por serviços prestados ao Plano de Saúde.

<u>Provisão para Eventos a Liquidar</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de Eventos	0,00	124.177,78
	0,00	124.177,78






13 Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com o Plano de Saúde da Operadora

Correspondem a honorários médicos diversos por serviços prestados a Mantenedora, que deverão ser pagos no mês de Janeiro de 2026.

14 Provisões para Salários, Férias e Encargos

Registra os valores provenientes de salários e das férias e encargos proporcionalmente aos períodos aquisitivos dos funcionários, fornecedores de bens e serviços, Convênios Emendas, Materiais Consignados, Provisão Judicial, Santander Negociação Folha e Repasse Direção.

DÉBITOS DIVERSOS	2025	2024
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	R\$ 5.091.592	R\$ 5.104.965
FORNECEDORES	R\$ 2.580.669	R\$ 2.239.369
SUBVENÇÕES A REALIZAR - CONVÊNIOS/EMENDAS	R\$ 1.578.828	R\$ 2.459.767
MATERIA CONSIGNADOS/PROVISÃO JUDICIAL/SANTANDER NEGOCIAÇÃO FOLHA/REPASSE DIREÇÃO	R\$ 342.790	R\$ 314.392
TOTAL	R\$ 9.593.878	R\$ 10.118.493

14-1 Tributos e Encargos a Recolher

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2025	2024
Tributos e Contribuições	R\$ 734.424,95	R\$ 716.827,39
Contribuições Previdenciárias	R\$ 255.550,56	R\$ 265.037,61
FGTS à Recolher	R\$ 338.063,62	R\$ 329.551,81
Cofins e PIS/Pasep	R\$ 134.922,03	R\$ 119.516,08
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	R\$ 5.888,74	R\$ 2.721,89
Retenções de Impostos e Contribuições	R\$ 544.064,28	R\$ 565.147,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários	R\$ 473.081,33	R\$ 493.132,94
Imposto de Renda Retido na Fonte - Terceiros	R\$ 41.998,24	R\$ 40.582,08
Imposto sobre Serviços Retidos na Fonte	R\$ 27.787,61	R\$ 22.767,59
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	R\$ 1.197,10	R\$ 8.665,23
TOTAL	R\$ 1.278.489,23	R\$ 1.281.975,23






15 Empréstimos e Financiamentos a Pagar

São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis a curto e a longo prazo detalhados abaixo, por entidade bancária credora.

<u>Conta</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Crédito Consignado do Trabalhador	208.026		208.026
Caixa Econômica Federal	3.063.802	39.987.579	43.051.381
Financiamento Sicredi	350.836	310.734	661.569
	3.622.664	40.298.313	43.920.977

16 Subvenções a Realizar

Fica registrado nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar no Passivo Circulante, o montante recebido a título de subvenções que ainda não foi utilizado.

As subvenções para Custeio e Investimento referem-se a valores já recebidos que ainda não foram gastos com a realização dos projetos para os quais foram solicitados.

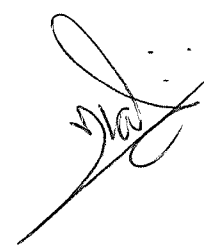
PASSIVO CIRCULANTE	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Subvenções a Realizar Custeio Santa Casa	1.479.358,65	2.442.649,00
Subvenções a Realizar Investimento - Santa Casa	99.769,22	126.334,94
	<u>1.579.127,87</u>	<u>2.568.983,94</u>

17 Provisão para Contingências (Ações Judiciais)

De acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi constituída Provisão para Contingências Cíveis no valor de R\$ 1.251.856,72, montante estimado suficiente para cobrir eventuais resultados dos processos em andamento considerados de provável realização.

Ainda de acordo com a referida norma, os processos considerados de possível realização perfazem um montante de R\$ 610.000,00 e não necessitam serem provisionados, sendo necessária apenas a divulgação.








Santa Casa

DE MISERICÓRDIA - ITAPEVA/SP

Foro	Juizo	Natureza da Demanda	Valor da Contingência	Classificação da Contingência
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 150.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 120.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	2ª Vara Cível	Cível	R\$ 20.000,00	PROVÁVEL
Itararé	2ª Vara	Cível	R\$ 100.000,00	PROVÁVEL
Capão Bonito	2ª Vara	Cível	R\$ 6.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 34.468,08	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 24.602,12	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 26.786,52	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 400.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 170.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 5.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 150.000,00	PROVÁVEL
Itapeva	1ª Vara Federal	Tributária	R\$ 10.000,00	PROVÁVEL
Santos	7ª Vara Federal	Tributária	R\$ 35.000,00	PROVÁVEL
Total			R\$ 1.251.856,72	
Foro	Juizo	Natureza da Demanda	Valor da Contingência	Classificação da Contingência
Sorocaba	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 5.000,00	POSSÍVEL
Apiaí	1ª Vara	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Itararé	1ª Vara	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	3ª Vara Cível	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Marília	2ª Vara Cível	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	3ª Vara Cível	Cível	R\$ 100.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 5.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	2ª Vara Cível	Cível	R\$ 20.000,00	POSSÍVEL
Buri	Vara Única	Cível	R\$ 50.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	3ª Vara Cível	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 100.000,00	POSSÍVEL
Apiaí	Vara Única	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	1ª Vara Cível	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Apiaí	Vara Única	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Apiaí	Vara Única	Cível	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 5.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 5.000,00	POSSÍVEL
Itapeva	Vara do Trabalho	Trabalhista	R\$ 10.000,00	POSSÍVEL
Total			R\$ 610.000,00	



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - ITAPEVA/SP
PROMOVENDO SAÚDE, BEM-ESTAR E FORTALECENDO
VINCULOS COM A COMUNIDADE.
RUA MÁRIO PRANDINI, Nº 849 - CEP 18400-170
ITAPEVA - SÃO PAULO

18 Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento em conta de resultado o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado. Em 2025 totalizou o valor de R\$ 1.162.356,63 para a Santa Casa e 1.454.561,00 para a Radioterapia.

19 Receitas

As receitas são registradas mensalmente em obediência ao regime de Competência, são provenientes de mensalidades do Plano de Saúde, de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e de órgãos públicos com os quais a Entidade mantém convênio, sendo que a maior parte são receitas provenientes do SUS.

RECEITAS SUS	2025	2024
INTERNAÇÃO/AMBULATÓRIO	22.011.317,93	18.909.670,38
INTEGRASSUS	5.760.447,60	5.760.447,60
HEMODIÁLISE	7.027.395,34	7.037.457,46
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	60.000,00	60.000,00
UNACON	5.859.463,24	6.050.860,11
PISO ENFERMAGEM	2.119.145,69	2.593.121,62
CONVÊNIO 03/25 - PREFEITURA	1.800.496,65	0,00
UTI LEGADO	1.263.354,00	2.123.064,00
TABELA SUS PAULISTA	28.106.899,00	26.621.837,55
PLANO OPERATIVO CONVÊNIO 06/2025	8.805.988,48	
TOTAL	82.814.507,93	69.156.458,72

OUTRAS RECEITAS C PREST DE SERVIÇOS	2025	2024
SANTA SAÚDE	1.235.924,45	5.079.956,87
FAEC	58.439,76	118.134,05
CABESP	227.840,34	220.560,39
CASSI	591.027,51	394.932,92
OUTROS CONVÊNIOS - MEDIPLAN-ÚNICA-AMHEMED	2.588.707,68	3.780.022,35
ECONÔMUS	85.306,59	49.554,41



FUNCEF	38.618,26	29.428,55
FURNAS		
IAMSPE	1.127.206,63	892.831,12
UNIMED	6.594.368,79	6.685.027,25
PARTICULARES	5.639.019,87	5.542.912,57
RESISUL	78.211,43	82.530,58
ZIMBRO	19.712,63	28.114,28
PREFEITURA DE ITAPEVA	5.138.891,50	6.166.669,80
GLOSAS	-354.686,82	-1.919.274,19
TOTAL	23.068.588,62	27.151.400,95
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2025	2024
OUTRAS RECEITAS-VERBA CARTORÁRIA/PRECATÓRIO TAQUARIVAI/ESTÁGIOS	534.590,02	354.538,26
ANUIDADE DE IRMÃOS	14.600,00	14.900,00
GESTÃO DE RESÍDUOS	17.955,30	12.437,50
DOAÇÕES / CAMPANHAS	2.331.291,71	1.046.307,66
EMENDAS ESTADUAIS	472.235,97	2.827.631,24
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	1.162.356,63	1.242.939,71
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	328.394,88	300.373,48
ALUGUÉIS - CANTINA E BANCO DE SANGUE	62.422,07	29.152,22
REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	501,96	463,90
OUTRAS RECEITAS OPERADORA	0,00	517.917,30
MAIS SANTAS CASAS 575/22	0,00	937.840,01
SUBVENÇÃO 729/22	0,00	1.342.231,17
EMENDAS MUNICIPAIS	5.809,57	885.621,10
CONVÊNIO UROLOGIA	1.024.812,95	0,00
CONVÊNIO 17837 - 645.000,00	3.035.202,84	8.041.420,86
RECEITA COM VERBAS PARA INVESTIMENTO RADIOTERAPIA	1.454.561,00	
EMENDA SAMUEL MOREIRA	0,00	250.000,00
CONVÊNIO UROLOGIA 60.000,00 - PROCESSO 6949/2024	276.192,00	
FILANTROPIA PREMIADA	567.792,39	
CLUBE DE BENEFÍCIOS	5.161,29	
PROCESSO 4609/24 - 350.000,00	1.440.430,96	2.065.815,43
TOTAL	12.734.311,54	19.869.589,84



20 Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

21 Ressarcimento ao SUS

A ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar tem obrigação legal de cobrar dos planos privados de assistência à saúde o ressarcimento ao SUS, como consta do artigo 32 da Lei nº 9.656/98. De acordo com a lei, a utilização do Sistema Único de Saúde por beneficiários de planos privados deve ter seu valor restituído aos cofres públicos, desde que os atendimentos feitos constem, contratualmente, dos procedimentos cobertos pelos planos. Essa cobrança está sendo discutida judicialmente, pois a Entidade entende que não deve todos os valores.

PROVISÃO PARA EVENTOS A LIQUIDAR AO SUS	31/12/2025	31/12/2024
RESSARCIMENTO AO SUS - DÉBITOS PENDENTES	110.801,38	100.560,36
RESSARCIMENTO AO SUS - % HC X ABI	15.307,90	29.475,05
TOTAL	126.109,28	130.035,41

22 Atendimento ao SUS

Demonstrativo de atendimento a pacientes SUS, apurado extracontabilmente, proveniente de órgãos públicos com os quais a Entidade mantém convênio, com observância ao disposto pelo Artigo 9º, Inciso II, da lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, o número total de internações realizadas e atendimentos ambulatoriais em 2025 foi de:

Atendimentos Realizados de 01/01/2025 à 31/12/2025			
	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Internação (Paciente/Dia)	44.126	5.127	49.253
%	89,59%	10,41%	100%






23 Isenções Usufruídas

De acordo com Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art 195 da Constituição Federal, pois atende ao disposto na Lei Complementar 187 de 16 de Dezembro de 2021.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros e também artigo 30 da Portaria MS 834/16, estão demonstrando a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2025, como se devidos fossem.

Cálculo dos Impostos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de Renda (1,2% da Receita - 15% de 8% de presunção)	1.462.043	1.541.965
Contribuição Social (1,08% da Receita - 9% de 12% de presunção)	1.315.839	1.387.769
COFINS (3%)	3.655.108	3.854.914
INSS - PIS Cota Patronal	10.223.499	10.523.542
	16.656.489	17.308.190

24 Doações e Subvenções

As subvenções destinadas para custeio e investimento foram contabilizadas em conta específica no passivo e são apropriadas na conta de receitas conforme a execução do convênio para custeio e realização dos bens no convênio para investimento. As doações de pessoas físicas e jurídicas encontram-se adicionadas a outras receitas.

(a) – Convênios - Estado

Convênio	Parcelas			Recebido em 2024	Reconhecido em 2024	Recebido em 2025	Reconhecido em 2025
	Valor TA	Totais	Recebidas				
Convênio 1087/2024	100.000,00	1		100.000,00	86.489,28		16.757,71
Convênio 138/25						200.000,00	202.713,22
Convênio 1504/25						263.278,00	252.765,04
Convênio 1801/25						100.000,00	0,00






(b) – Doações

Doações Pessoas Físicas e Jurídicas	31/12/2025	31/12/2024
Anuidade de Irmãos	14.600	14.900
Pessoas Físicas	211.610	148.277
Pessoas Jurídicas	2.119.682	898.031
Total	2.345.892	1.061.208

DOAÇÕES E CAMPANHAS 31/12/2025	
CAMPANHA EU SOU GRATO	8.665,50
CAMPANHA DA SOLIDARIEDADE (FEIJUCA/CORRIDA CONTRA CÂNCER/CHÁ BENEFICENTE/PALESTRA)	265.504,06
DOAÇÕES DE PARTICULARES	509.526,34
DOAÇÕES DE FORNECEDORES	1.547.595,81
ANUIDADE IRMÃOS	14.600,00
TOTAL	2.345.891,71

(c) – Convênio Prefeitura Municipal de Itapeva

Termo de convênio celebrado entre o Município de Itapeva e Santa Casa, para execução de plano operativo de atenção à saúde Urgência/emergência, com o intuito de buscar o aperfeiçoamento das ações e serviços de saúde no município – Processo 5959/2016 e Convênio 06/2025 – Processo

Doações e Subvenção	31/12/2025	31/12/2024
Receitas da Prefeitura Mun. Itapeva	5.138.891,50	6.166.699,80
	<u>5.138.891,50</u>	<u>6.166.699,80</u>
Convênio 06/2025	31/12/2025	31/12/2024
Receitas da Prefeitura Mun. Itapeva	8.805.988,48	0,00
	<u>8.805.988,48</u>	<u>0,00</u>

(c) Termos de Convênio firmados entre a Santa Casa e Prefeitura Municipal de Itapeva, destinados ao Custeio da Entidade com o fim de manutenção e melhoria dos serviços médicos hospitalares prestados a municipalidade.






Prefeitura Municipal de Itapeva

Termo de Convênio	Parcelas			Recebido em 2023	Reconhecido em 2023	Recebido em 2024	Reconhecido em 2024	Recebido em 2025	Reconhecido 1º sem 2025
	Valor TA	Totais	Recebidas						
Convênio Oncologia	300.000,00	1	1			300.000,00	200.061,43		101.757,78
Convênio Urologia 6949/24	276.192,00	1	1					276.192,00	276.192,00
Convênio 03/25	1.800,00	2	2					1.900.000,00	1.912.631,57
Convênio 17837/23	12.255.000,00	19	19	2.580.000,00	1.186.944,45	7.102.386,67	8.041.420,86	2.581.181,48	3.035.202,84
Convênio 4609/24	3.500.000,00	10	10			2.800.000,00	2.065.815,43	700.000,00	700.971,66
Termo de Fomento 19/25	50.000,00	1	1					50.000,00	50.008,26
Termo de Fomento 16/25	130.000,00	1	1					130.000,00	130.000,00
Termo de Fomento 17/25	70.000,00	1	1					70.000,00	68.400,00
Termo de Fomento 10/2025	315.389,14	1	1					314.441,34	315.389,14
Termo de Fomento 33/25	100.000,00	1	1					100.000,00	99.560,65
Termo de Fomento 35/25	605.882,68	1	1					605.882,68	607.855,55
Termo de Fomento 30/25	20.000,00	1	1					20.000,00	706,36
Termo de Fomento 40/25	100.000,00	1	1					100.000,00	0,00
Termo de Fomento 13/25	1.100.000,00	1	1					1.100.000,00	0,00






(d) Emendas repassadas pela Prefeitura Municipal de Itapeva durante o ano de 2024 destinadas ao custeio da Entidade e finalizadas em 2025.

Prefeitura Municipal de Itapeva							
Emendas	Parcelas			Recebido em 2024	Reconhecido em 2024	Recebido em 2025	Reconhecido 1º sem 2025
	Valor	Totais	Recebidas				
Emenda Câmara	547.458,76	1		547.458,76	543.166,15		5.809,93
Emenda Câmara	300.229,38	1		300.229,38	297.316,00		7.453,59

25 Receitas a Apropriar

Registra os valores recebidos de terceiros que serão apropriados na conta de receita, conforme sua competência.

26 Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

O Superávit no valor de R\$ 46.484,12 após a apreciação pela Assembléia Geral, será integrado ao Patrimônio Social da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva em 2026.

27 Legislação Fiscal

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

28 Cobertura de Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e são resumidos da seguinte forma:

Riscos Cobertos	Cobertura R\$ Mil
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	90.000.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo	100.000
Danos Elétricos	225.000
Quebra de Vidros	40.000



Equipamentos Estacionários	2.000.000,00
Lucros Cessantes (Despesas Fixas), em decorrência de Incêndio, Raio, Explosão	1.000.000
Aluguel - Perda ou Pagamento, em decorrência de	1.500.000
Danos materiais	
Responsabilidade Civil Operações	400.000
Vazamento de Tanques e Tubulações	100.000
Tremor de Terra e Terremoto	3.000

29 Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram conferidas e aprovadas.

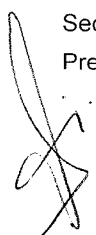
30 Trabalho Voluntário

Atendendo à Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1409 de 21 de Setembro de 2012, que aprova a ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos, que define o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa.

A mensuração dos trabalhos voluntários foi efetuada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais.

Cargo	Dia/ Semana	Horas/ Dia	Dias/ Mês	Horas/ Mês	Mês/Ano	Total/ Ano
Provedor	5	3	20	60	12	720
Vice Provedor	5	3	20	60	12	720
Tesoureiro	5	3	20	60	12	720
Secretário	5	3	20	60	12	720
Pres. Conselho Administrativo	5	3	20	60	12	720
Total Exercício 2024				300		3600

Cargo	Dia/ Semana	Horas/ Dia	Dias/ Mês	Horas/ Mês	Mês/Ano	Total/ Ano
Provedor	5	3	20	60	12	720
Vice Provedor	5	3	20	60	12	720
Tesoureiro	5	3	20	60	12	720
Secretário	5	3	20	60	12	720
Pres. Conselho Administrativo	5	3	20	60	12	720
Total 2025				300		3600






A Avaliação do Trabalho Voluntário, levando em conta os critérios acima comentados é demonstrada como segue:

	2025			2024		
	Horas	Valor H	Valor	Horas	Valor H	Valor
Provedor	720	178,00	128.160,00	720	168,68	121.449,60
Vice Provedor	720	178,00	128.160,00	720	168,68	121.449,60
Tesoureiro	720	178,00	128.160,00	720	168,68	121.449,60
Secretário	720	178,00	128.160,00	720	168,68	121.449,60
Pres. Conselho Administrativo	720	178,00	128.160,00	720	168,68	121.449,60
Total	3600		640.800,00	3600		607.248,00

No dia 27 de Julho de 2024, iniciou-se o Trabalho Voluntário para a comunidade, atualmente contamos com 40 voluntários atuando nos setores de apoio, acolhimento, almoxarifado, RH e farmácia.

Os voluntários realizam o trabalho uma vez por semana/3 horas, em horário comercial nas seguintes tarefas: embalar talheres para o setor de Nutrição, confecção de pipoca e torunda (curativos para cirurgia), separação e organização de itens na farmácia e almoxarifado, organização de kits para crianças que aguardam no acolhimento para consulta, organização de roupas para doações, distribuição de brinquedos no dia das crianças e natal. Contamos também com o Projeto "Notas de Luz e Paz" realizado pela orquestra da Igreja Cristã do Brasil e um projeto de uma psicóloga que realiza trabalho junto a pacientes com mais de 7 dias de internação e com os funcionários, que são agendados pela medicina do Trabalho, as horas trabalhadas foram mensuradas pelo departamento de Recursos Humanos e representou a importância de R\$ 33.054,25.

31 - Tabela SUS Paulista

O governo de São Paulo publicou a Resolução SS nº 198 de 29 de Dezembro de 2023 que disciplina a aplicação da Tabela SUS Paulista aos estabelecimentos com ou sem fins lucrativos que participam do SUS, que visa dar resposta à defasagem histórica causada pela ausência de atualizações dos valores da tabela nacional do SUS. No ano de 2025 o Hospital reconheceu o valor de R\$ 28.106.899,00 referente a Tabela SUS Paulista

32- Piso da Enfermagem

A Lei n.º 14.434/2022 instituiu o Piso Nacional da Enfermagem para os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e para parteiras



contratados: sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações. No ano de 2025 houve o repasse no valor de R\$ 2.119.145,69 realizado pelo Governo Federal e repassado aos colaboradores da enfermagem da Santa Casa de Itapeva.

33 – Débitos Diversos

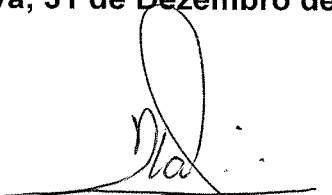
Fica registrado nesse subgrupo do Passivo Não Circulante os valores recebidos para Construção, Reformas e Equipamentos.

Depósitos de Terceiros	2025	2024
Subvenções a Realizar - Doação Equipamentos (laringoscópio, detector fetal, foco fixo, aspirador, bomba infusão)	672,02	755,78
Reforma Ressonância - FNS	48.000,52	52.000,48
Santander - Folha	99.999,88	192.307,60
Emenda Federal	0,00	253,91
Emenda Federali	0,00	99,27
Prédio Oncologia	3.757.611,04	4.008.118,44
Convênio 810637 - Federal	8.735,33	28.735,73
Convênio 811039 - Federal	3.359,67	33.359,91
Convênio 811366 - Federal	6.543,77	46.544,57
Convênio 821514/15 - Federal	20.224,88	46.125,20
Construção Maternidade	106.787,10	113.906,24
Convênio 821855/15 - Federal	76.137,34	157.137,46
Convênio 822042/15 - Federal	42.003,19	92.004,31
Convênio Chinaglia/Fausto Pinato - Federal	54.958,15	85.828,87
Convênio 825748/15 - Federal	68.566,28	72.599,59
Convênio 179/16 - Federal	55.632,35	87.706,31
Convênio 812475/14 - Federal	35.332,82	51.508,58
Convênio 194/17 - Federal	414.573,17	541.538,69
Convênio 848706/17 - Federal	39.842,57	53.152,25
Convênio 877475/18 - Federal	125.016,91	160.209,31
BID Reforma Maternidade	1.259.948,70	1.329.945,84
Alvará de Levantamento - Ecógrafo	29.220,66	38.960,88
Convênio 900788/20 - Federal	205.313,03	241.885,31
Convênio 397/22 - Federal	46.048,39	56.087,23
Equipamentos UTI Legado - Municipal	753.114,09	864.021,21
Convênio 916390/21 - Federal	198.152,24	227.023,40
Adequação das Instalações	944.885,71	985.967,69
Reforma UTI Adulto - Emenda Parlamentar	61.600,00	64.400,00
Emenda Parlamentar Centro Cirúrgico	98.444,23	102.918,96
Emenda Câmara Municipal	263.573,41	292.530,65

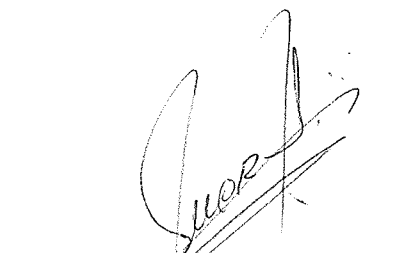


Alvará de Levantamento - 66.421,05	58.492,48	65.135,02
Alvará de Levantamento - Móveis Radioterapia	225.796,75	259.887,67
Termo de Fomento 17/25 - Municipal	68.032,17	0,00
Termo de Fomento 16/25 - Municipal	128.327,59	0,00
Termo de Fomento 16/25 - Municipal	49.333,34	0,00
Termo de Fomento 33/25 - Municipal	99.126,69	0,00
Imóveis - Radioterapia	12.414.037,71	12.667.399,35
Equipamentos Radioterapia	10.757.951,61	11.959.150,97
Fresenius Medical Care Ltda	10.923,29	10.923,29
Samtronic Ind e Com Ltda	1.233,00	1.233,00
Total	32.637.552,08	34.991.363,17


Itapeva, 31 de Dezembro de 2025.



Pedro Curt Kasemodel
Provedor
CPF: 892.156.058-00



Francisco Jorge Stuart Neto
1º Tesoureiro
CPF: 796.346.058-34



Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
Contadora – CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Bauru, 11 de fevereiro de 2026.

Assinado eletronicamente por:
Luís Eduardo Azevedo
CPF: 306.779.788-47
Data: 13/02/2026 15:12:21 -03:00

AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2 SP 036851 /0-2
Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6